



Nelkuali
Centro de Evaluación Educativa
y de Competencias Profesionales
de Hidalgo CEECPH.S.C.

O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NA EVASÃO ESCOLAR

(THE ROLE OF THE GUARDIANSHIP COUNCIL IN SCHOOL DROPOUTS)

(EL PAPEL DEL CONSEJO TUTELAR EN EL ABANDONO ESCOLAR)

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o abandono escolar e as suas causas, por ser considerado um dos maiores problemas que as escolas, os pais e os sistemas educativos frequentemente enfrentam. A evasão é questionável porque é um problema nas escolas, dadas as altas taxas de evasão e evasão. Por ser considerada uma disciplina difícil, há boas razões para questionar por que tantas pessoas são forçadas a desistir, já que muitas simplesmente desistem porque não querem aprender.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Causas; Escolas.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze dropout and its causes, as it is considered one of the biggest problems that schools, parents, and educational systems often face. Dropout is questionable because it is a problem in schools, given the high dropout and dropout rates. Because it is considered a difficult subject, there is good reason to question why so many people are forced to drop out, as many simply drop out because they don't want to learn.

Keywords: School Dropout; Causes; Schools.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el abandono escolar y sus causas, ya que se considera uno de los mayores problemas a los que suelen enfrentarse las escuelas, los padres y los sistemas educativos. Cabe preguntarse por qué el abandono escolar es un problema en las escuelas, dadas las elevadas tasas de abandono y deserción escolar. Como se considera una asignatura difícil, hay buenas razones para preguntarse por qué tanta gente se ve obligada a abandonarla, ya que muchos simplemente la abandonan porque no quieren aprender.

Jailma Pereira Ramos
jailmapereiramos@gmail.com

Conselho Tutelar Belágua
Belágua- Maranhão. Brasil

Sugerencia como citar:

Pereira-Ramos, J. (2023).
O papel do conselho tutelar
na evasão escolar. Revista.
Mundo Científico
internacional. Volumen 4.
p. 25-37.

<https://mucin.nelkuali.com/archivo/>

Recibido: 10/12/2022

Aprobado: 12/01/2023

Publicado: 01/02/2023

Palabras clave: Abandono escolar; Causas; Escuelas.

Introdução

A assinatura é caracterizada por um aluno que deixa de participar das aulas durante o ano letivo e abandona a escola. Abandonar é abandonar a escola. Como os alunos podem permanecer na escola sem sair da sala de aula? Pode-se argumentar que a evasão escolar é uma situação problemática que gera uma série de determinantes que geralmente são entendidos como resultado da reprovação do aluno ou da própria instituição. O insucesso escolar manifesta-se como resultado de anos de repetência, levando à evasão ou mesmo da mesma forma que um aluno se transfere para o ensino médio sem qualquer tipo de justificativa, causando insegurança, perda de motivação e, finalmente, "abandono" como forma de escolhendo.

A reprovação escolar é considerada um dos graves problemas do sistema escolar brasileiro, principalmente entre as crianças pobres, além dos altos índices de reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental, alfabetização e dificuldades intransponíveis para alunos excluídos da escola em muitos países. anos, ou se a escola promete continuar os estudos, logo "desistirá". A finalidade de explicar a repetência está relacionada não apenas às deficiências do aluno, mas também a outros fatores, como: características individuais do aluno, relações familiares, interação professor-aluno, aspectos internos e estruturais da organização escolar.

O nível de evasão como estabelece algumas pesquisas, diz que de 100 alunos que ingressam na escola no fundamental, apenas 5 concluem o ensinofundamental, ou seja 5 terminam o 9ºano. E de 4,8% dos alunos matriculados no ensino fundamental, abandonaram a escola e 13,2% dos alunos que cursam o ensino médio abandonam a escola por motivos frequentes e muitos desses alunos retornam a instituição de ensino, em uma incômoda condição de defasagem (idade/série), o que pode causar conflitos de uma nova evasão.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), só é registrado dados de alunos reprovados, matriculados e evadidos, ou seja, não ficam registrados os motivos que determinam o abandono escolar, mas de acordo com algumas pesquisas, coleta de dados e informações, a evasão que ocorre no Brasil.

Fatores considerados como determinantes do abandono

A desestruturação familiar, a ausência de políticas públicas adequadas, o desemprego, a desnutrição, a escola, o ensino que não há qualidade, a estrutura, o próprio desinteresse do próprio aluno, a gravidez na adolescência, fatores econômicos, a motivação do professor em sala de aula, que não há questões referentes ao encaminhamento didático (pedagógicos) e a baixa qualidade de ensino nas escolas (fator possível para evasão). De fato as razões para a evasão escolar, os maiores responsáveis pelo tal problema, podem ser enraizadas na família, na criança e na escola. Na família devido a desestruturação familiar, a necessidade de complementação de renda, na participação na vida escolar da criança e problemas afetivos. Quanto a criança, se dá por falta de interesse do aluno, da sua não participação nas atividades, da falta de perspectiva de vida e da defasagem de aprendizagem trazida dos anos anteriores. E quanto á escola, pode ser responsável pela evasão, pelo fato de como o professor ministra suas aulas, na maneira de transmitir conteúdos, a estrutura física, falta de recursos e uma política de escola que propicie uma maior integração com a família.

Identificar esses fatores que levam à evasão deixa claro que eles precisam ser enfrentados para que as escolas compreendam e reflitam sobre os diferentes aspectos que permeiam seu processo de ensino e aprendizagem política para oferecer uma educação realmente relevante. necessidades do indivíduo e da sociedade e, mais importante, superar o abandono escolar, que exclui em grande parte as crianças socialmente desfavorecidas. Na tentativa de compreender o processo de evasão escolar e identificar possíveis fatores que o legitimam, seja na perspectiva dos adultos ou das crianças, este estudo mostra que tanto a escola quanto a família se perdem na dimensão e complexidade das relações sociais.

Intervenção interna e externa no processo socioeducativo da criança. A evasão não se deve apenas a dificuldades ou desinteresse, por outro lado, aqueles que, apesar de terem participado e desempenhado com facilidade as atividades escolares, também evadem por motivos diversos. É importante conhecer, que há legislações brasileiras

como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que tem por finalidade minimizar tal problema, garantindo a permanência na escola e por direito a educação integral a todos.

E como a LDBEN definiu objetivos e dar direitos aos excluídos do ambiente escolar, retornando à escola e lhes proporcionando um ambiente agradável e propício, pronto a garantir que esse aluno não mais abandone. Define que a educação é um direito de todos, especificamente destinado as crianças e adolescente, como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público.

É um processo para todos, sem que suas características pessoais, condições econômicas ou deficiências sejam impedimentos para que este direito seja desfrutado. Contata-se que a educação não é um direito cuja responsabilidade é imposta exclusivamente a um determinado órgão ou instituição, na verdade, é um direito que tem seu fundamento na ação do Estado, mas que é compartilhada por todos, ou seja, família e sociedade, resultando evidente que a educação deixou de ser um tema exclusivo dos profissionais da área para ser uma questão de interesse de todos.

Assim, com força das leis da LDBEN e ECA, são parceiros necessários, quando o tema é educação e permanência na escola: Família, Escola e Conselho Tutelar.

No entanto, cabe a instituição valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola e no caso de faltas excessivas, não justificadas e de evasão escolar, comunicar junto ao Conselho Tutelar, para que tome medidas cabíveis. Todos devem atuar de forma independente e harmônica, num regime de colaboração mútua e recíproca, dependendo de cada situação, atuando de forma direta e indireta para garantir a educação. Pode-se haver uma intervenção conjunta que atende ao interesse de todos, posto que cada um, dentro de sua especificidade reúne meios para tentar reverter o quadro de evasão ou infrequências do aluno nas escolas.

Uma forma de reduzir a evasão é por meio da prevenção, que visa trabalhar com as crianças em sala de aula para mostrar a importância da escola em suas vidas e incentivá-las a participar das atividades escolares. Monitore os alunos com seriedade,

visite as escolas, negocie com os professores, visite as famílias dos alunos com alto absentéismo, publique informações sobre o trabalho de evasão na mídia, conte com o conselho escolar, explique detalhadamente o trabalho de evasão de cada escola e ajude os pais financeiramente.

É possível que seus filhos permaneçam na escola. Para combater a evasão escolar, medidas imediatas devem ser tomadas para salvar os alunos "ausentes". Há desafios em todas as áreas, mas algo também deve ser feito para trazer nossos alunos de volta à sala de aula e permitir que eles gostem de aprender. democratização da sociedade". (Libâneo, 1994.p 70).

Educação é direito de todos

A educação é direito de toda criança ou jovem, defendendo-se cada indivíduo independentemente de suas características pessoais, como sexo, raça, religião, situação econômica ou deficiência, que impeça a efetivação desse direito. A caracterização da educação como um direito individual garantido pelo Estado, ou seja, um bem público, é algo relativamente tardio, devidamente generalizado apenas neste século. O direito de todos à educação é um direito humano básico, mas isso não significa que o direito à educação seja efetivo. "A educação é o processo pelo qual o indivíduo se forma na sociedade pluralista a que pertence. Precisamos criar uma instituição educacional, integral, humana e pessoal na qual ele entrará, começando pela fundação de sua escola. (Teixeira, p.27).

A igualdade de oportunidades manifesta-se pelo direito a educação e pela continuidade do sistema de educação, organizado de forma em que todos, em igualdade e condições, possam dele participar e nele continuar até os níveis mais altos. Como a famosa "escada educacional" de Huxley, em que o galgar de um degrau abra sempre em acesso ao degrau superior, até a universidade.

Como a educação faz-se um direito de todos, relacionado que ela já não é um processo de especialização de alguns para certas funções na sociedade, mas a formação de cada um e de todos para sua contribuição à sociedade integrada e nacional. O reconhecimento formal e expresso de que a educação é um interesse

público, a ser promovido pela lei. Portanto, a educação seja sim considerada, ela sem dúvida se expandirá não se tornando, uma condição essencial para cada indivíduo se fazer membro da sociedade.

A educação transforma-se numa vantagem e até mesmo num processo de ascensão social, sendo grande o incentivo a procurá-la, o sistema educacional assim organizado pressupõe, com efeito, estrutura dualista da sociedade, como um tipo de educação para cada camada social. A educação em si é um privilégio, sendo obrigação do Estado tornar efetivo o direito, consagrado na constituição de todos os brasileiros a educação básica. Como determina a legislação brasileira, a responsabilidade, a família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional, conforme a LDB 9394/96 define em seu:

Art. 2º- A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo um direito público que deve ser assegurada a todos, com colaboração da sociedade, criando e tendo condições para o acesso e permanência na escola. Promovendo-lhes uma sólida e duradoura formação cultural e científica. A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização, necessária e capaz de proporcionar a todos os alunos, igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridas para a continuidade de estudos, série a série para tarefas sociais e profissionais.

A instrução proporciona o domínio dos conhecimentos sistematizados e promove o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos. O ensino corresponde às ações indispensáveis para realização da instrução; a atividade conjunta do professor e dos alunos na qual transcorre o processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos, habilidades e hábitos, tendo em vista a instrução e a educação.

A importância da família no desenvolvimento humano

A família é uma instituição que assegura a socialização primária da criança. Nesse caso, a aprendizagem se dá nos padrões iniciais de comportamento, percepção da realidade e hábitos de pensamento, que são outras características do meio social mais amplo e da classe social à qual a família pertence. "Na verdade, esse princípio só pode ser melhor aplicado por meio da educação familiar." (Teixeira, 1967, p.54)

A transmissão de modelos normativos e dos comportamentos, encontrados na sociedade global e o indivíduo, através de sua posição de classe, transmitindo a cultura acessível às camadas e grupos sociais onde os pais se encontram. O grau em que os pais pressionam diretamente seus filhos para o progresso escolar e outras relações tidas como valiosas é frequentemente considerado um fator importante do sucesso da criança na escola.

Quanto à relação família/ escola embora já se tenha salientado que a atuação da família é mais profunda do que a da escola, na formação da personalidade dos educandos, a influência da instituição escolar poderá ser considerável. Se a família tiver escolhido a escola para seus filhos de acordo com a semelhança de orientação em relação a que é dada em casa e se os dois grupos trabalharem em colaboração estreita, não haverá de haver conflitos devidos à divergência de valores mantidos e veículos de ambas as instituições. Ainda que na área de atuação da escola seja mais extensa em termos de educação formal, com transmissão de conhecimentos ou aprendizagem instrumental necessária para a vida futura, enquanto a da família voltar-se mais para o desenvolvimento expressivo da personalidade, com seus sentimentos e emoções.

Apesar da escola ser responsável pela aprendizagem necessária ao desempenho das diversas profissões, a influência da família na escolha da ocupação futura é bastante considerável. Seja de forma consciente, a medida que, pela própria situação da classe. É possível ao jovem tornar conhecimento ou ter oportunidade de e preparar para o desempenho de muitas profissões, ou ainda, pela observação dos pais, parentes e conhecidos, que já tem determinadas ocupações, isso vem se sedimentar ou internalizar como atividades apropriadas ao inconsciente do alunado.

Os pais devem participar das discussões sobre questões pedagógicas e

administrativas, como, sistema de avaliação; projeto político pedagógico (PPP); capacitações, currículo, faltas e atrasos; regimento interno; gerenciamento dos fundos destinados á escola. É necessário que haja a conscientização dos pais e professores para o fato de que é preciso tomar decisões juntos, para um melhor gerenciamento administrativo.

Os fatores do fracasso escolar

No sistema escolar brasileiro, a reprovação é considerada um dos graves problemas que atingem as crianças e jovens mais pobres. Fracasso de aprendizagem significa reprovação grave, baixa capacidade de alfabetização, anos de exclusão da escola e dificuldades escolares anteriores que não são superadas e, portanto, afetam o aprendizado futuro. O fato de as escolas públicas brasileiras não conseguirem manter as crianças na escola e de haver uma queda contínua de matrículas durante o ano letivo pode ser explicado por fatores externos à escola, mas é claro que as crianças devem ser excluídas em grande medida. o que escolas e professores fazem ou não fazem.

A repetência e a evasão estão relacionadas a diversos fatores, como caráter socioeconômico, organização escolar, condições de vida, fisiologia e psicologia, características individuais dos alunos, relações familiares e interações professor-aluno. Seu currículo e métodos não são organizados para usar procedimentos de ensino apropriados para ajudar crianças desfavorecidas. A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar o indivíduo para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos vários valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através de desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (Libâneo. 1990. p. 22)

São muitos os procedimentos didáticos que acabam discriminando socialmente as crianças. Por exemplo, já no início do anos letivo o professor costuma “prever” quais alunos que serão reprovados. Geralmente, essa previsão acaba se

concretizando, pois os reprovados no final do ano são geralmente aqueles já marcados” pelo professor. Além disso, alunos com diferente aproveitamento recebem tratamento desigual, pois o professor prefere os que melhor correspondem as suas expectativas de bom aluno.

Os objetivos são planejados tendo-se em vista uma criança idealizada e não uma criança concreta, cujas características de aprendizagem são determinadas pela origem social; da prática pedagógica do professor e da linguagem sobre o padrão de estimulação intelectual das crianças; ignoram-se, portanto, os conhecimentos e experiências, suas capacidades e seu nível de preparo para usufruir da experiência escolar. É, também muito comum os professores justificarem as dificuldades das crianças na alfabetização e nas demais matérias pela pouca inteligência, imaturidade, problemas existem, mas nem por isso é correto colocar toda a culpa do fracasso nas crianças ou nos pais.

Há fatores hereditários que determinam diferentes tipos de inteligência, mas as maiores das crianças são intelectualmente capazes. Além disso, a influência do meio, especialmente do ensino, pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento da inteligência. Se o meio social em que a criança vive não pode prover boas condições para o desenvolvimento intelectual, o ensino pode proporcionar um ambiente necessários de estimulação e é por isso que o professor se prepara profissionalmente. Também não pode jogar a culpa do fracasso na imaturidade do aluno.

“É preciso enfrentar e derrotar o fracasso escolar se quer, de fato, é necessário rever a concepção de qualidade de ensino”. (Libâneo, 1994. p. 42)

A qualidade de ensino é inseparável das características econômicas, socioculturais, psicológicas e outras clientela atendida. A escola e os professores tem sua parte a cumprir na luta contra o fracasso escolar, tendo uma base necessária para que os alunos progridam nos estudos, percorrendo todas as séries escolares.

O ensino contribui para superação dos fracasso escolar se os objetivos e conteúdos forem acessíveis, socialmente significativos e assumidos pelos alunos, isto é, capazes de suscitar sua atividade e suas capacidades de conhecimento.

Os possíveis fatores que levam à evasão escolar

Alguns principais fatores relevantes que contribuem para o alto índice de abandono.

- Gravidez precoce (352%)
- Necessidade de complementação de renda familiar (234%)
- Desestruturação familiar (95%)
- Defasagem (série/idade) (77%)
- Gênero (20%)
- Escolaridade dos pais (3,5%)

São vários fatores e as mais diversas causas da evasão escolar ou infrequência do aluno. No entanto, levando em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode se classificá-las da seguinte maneira:

- Escola;
- Aluno;
- Pais/Responsáveis e Social;

Uma forma atraente de ensinar

Um dos mais sérios fatores de evasão escolar são aquelas aulas monótonas dadas por professores que falam sem parar diante de alunos passivos e desinteressados. No sistema formal de ensino, os professores geralmente desconhecem o perfil dos alunos, sem saber o nível de conhecimento da classe, os docentes ministram aulas que não serão entendidas pelos estudantes. Nesse caso a culpa pelo insucesso do ensino recai sobre os cursos e provoca o aumento da taxa de evasão.

Os professores estão insatisfeitos com o modo como ministram suas aulas e desejam conhecer novas formas de tornar o ensino mais atraente e agradável. O que pode se perceber é que os docentes querem fazer a passagem do ensino formal para o não formal, mas não sabem como. “O sentido de ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos e nem formar, é ação pela qual um sujeito criador da forma,

estilo ou alma a um corpo indeciso acomodado” (Freire, 1996. p. 23).

A escola deve se preocupar em promover salas de aulas interativas, que seria um ambiente em que o professor interrompe a tradição do falar, ditar, deixando de identifica-se com o contado de histórias e adotar uma postura semelhante a do designer interativo. Este designer constrói um conjunto de territórios a serem explorados pelos alunos e disponibiliza a locutora e múltiplas conexões, permitindo que o aluno também faça por si mesmo. Isto significa muito mais do que “ser um conselheiro, uma ponte entre informações e o entendimento. O aluno, por sua vez, passa de espectador passivo a ator situado num jogo de preferência, de opções, de desejos e de estratégias, podendo ser emissor e receptor no processo de intercompreensão. E a educação pode deixar de ser troca de ações que cria conhecimentos e não apenas o reproduz.

Os professores podem desenvolver-se em um duplo registro de como criar, intensificar, diversificar o desejo de aprender, favorecer e reforçar a decisão de aprender.

“Ensinar é, portanto, reforçar decisão de aprende, sem agir como se ela estivesse tomada de uma vez por todas”. (Perrenoud, 2000. p.70).

O professor deve fazer de tudo o que pode para mobilizar o maior número de alunos, salvo para alguns, que aprender exige tempo, esforços, emoções dolorosas: angústia do fracasso, frustração por não conseguir aprender, sentimento de chegar aos limites, medo do julgamento de terceiros. Para consentir em tal investimento, e, portanto tomar a decisão de aprender e conservá-la é preciso uma boa razão. O prazer de aprender é uma delas, o desejo de saber é outra. Os métodos tradicionais de ensino baseado nos cursos expositivos, na passividade de aluno e nas provas feitas apenas para atender a uma exigências, produzem resultados modestos e precisam ser substituídas por práticas que levam em conta os conhecimentos científicos do processo ensino aprendizagem.

Os docentes precisam fazer umas das características da educação formal existentes nas próprias aulas que ministram a linha expositivas, a necessidade da presença dos alunos diante do professor e a passividade dos estudantes, entre

outra. Em seguida, eles deverão, gradualmente, eliminar cada uma dessas características substituindo-as por outras práticas.

A intervenção do conselho tutelar

- I. O Conselho Tutelar corresponde ao controle externo da escola sobre a manutenção dos alunos nas referidas instituições de ensino. Esse controle não se aplica ao desempenho escolar, mas aos alunos que evadem ou frequentam pouco, seus pais ou responsáveis. Assim, a sua intervenção é complementar e ocorre apenas depois de a escola ter esgotado os seus recursos de apoio aos alunos. Estão amparados nos artigos 56, II e 136, 1 e II da Lei da Criança e do Adolescente conforme segue: Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- II. Orientação, apoio e acompanhamentos temporários;
- III. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial do ensino fundamental;
- IV. Inclusão em programas comunitários ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- V. Requisitos de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

Considerações finais

O presente trabalho que tem por tema: O papel do conselho tutelar na evasão escolar: causas e desafios, passa a ser analisada com base no ideário da lei, constata-se que há uma grande distância em relação à realidade. De um lado a lei, estabelecendo: toda criança na escola; educação direito de todos e dever do estado e da família, direito fundamental a ser assegurado com prioridade absoluta à criança e ao adolescente, direito público subjetivo.

Por outro lado, a realidade que conduz à lógica da exclusão, desigualdade socioeconômica, políticas públicas voltadas para conveniência e oportunidades, famílias disfuncionais e escolas preguiçosas diante do fracasso escolar. Perante esta

situação, é evidente que é necessário um empenho de todos os intervenientes na educação para reduzir o fosso entre a lei e a realidade, sendo um deles o combate ao abandono escolar, de forma a assegurar a educação e integração do aluno. sociedade, a fim de promover a sua transformação. “A educação é uma forma de intervenção com mundo.” (Freire, p. 98).

São escolas, famílias, comunidades locais, sociedade em geral e instituições públicas responsável pela educação das crianças e jovens, pois a saída da escola é a negação dessa formação. O princípio da prioridade absoluta garantido na Constituição só pode ser implementado se o problema da evasão escolar for claramente enfrentado e gradualmente reduzido. Uma forma de diminuir a evasão escolar é por meio de medidas preventivas, que visam trabalhar com as crianças em sala de aula para conscientizá-las sobre a importância da educação em suas vidas e incentivá-las a participar das atividades escolares.

Monitore os alunos de perto, visite as escolas, reúna-se com os professores, visite as famílias dos alunos com alto índice de absenteísmo, divulgue o trabalho de combate à evasão escolar na mídia e conte sempre com a direção da escola. Mas para isso tem que contratar gente em treinamento, porque a gente sabe que os recursos são limitados para fazer esse tipo de trabalho. Há dificuldades em todas as frentes, mas também é preciso fazer algo para que nossos alunos voltem à sala de aula. Deixe-os aprender com alegria e nunca saia da escola.

Referências

Brandão, Z. (1983). Evasão e repetência no Brasil: A escola em questão. Rio de Janeiro. Edição Achiamé.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, e dá outras providências.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Libâneo, J. (1994). Didático. São Paulo: Cortez. Coleção magistério, série formação do professor.



Nelkuati
Centro de Evaluación Educativa
y de Competencias Profesionales
de Hidalgo CEECPH.S.C.

Libâneo, J. (2007).. Educação escolar: políticas, estrutura e organização, João Ferreira de Oliveira, Mira Seabra Toschi.4° ed. São Paulo. Cortez.

Perrenoud, Ph. (2000). Dez novas competência para ensinar, trad. Patrícia Chittoni Ramos- Porto Alegre: Artmed.

Texeira, A.(1997). Educação é um direito. São Paulo – Editora nacional.